

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.202 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2000

Simon sugere que FHC lidere “amplo entendimento” sobre as questões nacionais

PÁGINA 8

Pedro Simon: é preciso preparar o país para o futuro



Nabor propõe que candidato deixe chefia de Executivo antes da eleição

PÁGINA 7

Nabor Júnior: projeto para garantir a moralidade na vida pública



Campanha eleitoral deve ter financiamento público, diz Rocha

PÁGINA 7

Para Sebastião Rocha, medida pode acabar com abuso do poder econômico



Antero de Barros: bancada de MT lutará por mais recursos para o estado

PÁGINA 7

Antero lembrou que a Constituição garante verbas para a região



Plenário examina restrições à propaganda de cigarros

Projeto proíbe a publicidade do produto nos meios de comunicação e o patrocínio de eventos culturais e esportivos por indústrias de tabaco

O Senado Federal apreciará na próxima semana o projeto que impede a propaganda de cigarros nos veículos de comunicação de massa. A proposta, já aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), também veda o patrocínio de eventos culturais e esportivos por indústrias do tabaco.

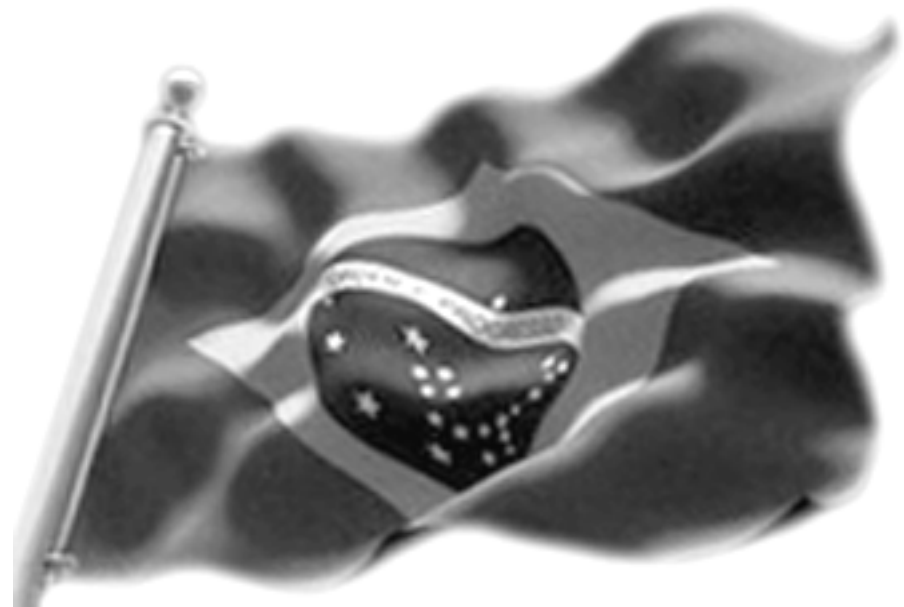
Na quarta-feira, o Plenário deverá votar o projeto que disciplina a prestação de informações, por parte do Banco Central, para o Sistema Central de Risco de Crédito. As normas em discussão foram sugeridas pela CPI que investigou, no ano passado, irregularidades praticadas no Sistema Financeiro Nacional.

PÁGINA 3



CPI OUVI HOJE O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DA PARAÍBA

PÁGINA 3



Congresso comemora Dia da Bandeira com a participação de estudantes

O Dia da Bandeira será comemorado no Congresso com uma solenidade de hasteamento em seus jardins, às 12h de domingo. Participarão do evento o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e o deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF).

Estarão presentes os alunos dos colégios Militar, Marista, Sesi, todos de Brasília, e da Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco, que funciona na cidade de Ceilândia, também no Distrito Federal.

Sancionada lei que beneficia filho deficiente

PÁGINA 2

Sancionada lei que garante habitação a filho deficiente

O texto, do senador Edison Lobão, impede o despejo após a morte de um dos pais

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou no dia 14 projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que assegura ao filho solteiro, portador de deficiência que o impossibilite para o trabalho, o direito de habitar o imóvel de pais falecidos.

O texto protege o filho portador de deficiência do risco do despejo, por ocasião da partilha dos bens, após a morte de um dos pais. Assim, ele terá a garantia de ocupação do imóvel destinado à residência da família, desde que este seja o único bem dessa natureza a ser inventariado. A lei também assegura a participação do filho na herança.

O projeto de lei, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi aprovado pelo Plenário do Se-



O projeto, de Edison Lobão, foi aprovado ano passado pelo Senado e em 26 de outubro pela Câmara

nado em 17 de novembro do ano passado e encaminhado à Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em 26 de outubro último. Nesse mesmo dia foi enviado à sanção presidencial.

Machado homenageia o ex-senador Wilson Gonçalves

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) homenageou Wilson Gonçalves, político cearense falecido no dia 12. O líder do PSDB fez uma relato da vida de Gonçalves, desde a sua primeira eleição em 1946 para deputado estadual até os 16 anos – de 1963 a 1979 – em que ocupou uma cadeira no Sen-



Sérgio Machado lembrou o espírito público do ex-senador

mens públicos que engrandeciam esta atividade pela qual aprendemos a nos apaixonar. Ele tinha a exata noção do que é fazer política por paixão e valor do espírito público – disse Machado, lembrando que, apesar de paraibano, Wilson Gonçalves sempre militou na política cearense. “O ano era 1945, o mundo comemorava o fim da Segunda Guerra Mundial e ele ingressava na Assembléia Estadual Constituinte de 1947. O brilhante desempenho no primeiro mandato seria a garantia de novas incursões no parlamento estadual”, lembrou.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 47/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.294/96, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos; PLC nº 54/2000, acrescenta inciso ao parágrafo 5º do art. 178 da Lei nº 3.071/16 – Código Civil, e parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.869/73 – Código de Processo Civil (ação da seguradora para reaver o valor da indenização); PLC nº 56/2000, cria cargos na carreira de Polícia Federal; PLC nº 58/2000, altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas; votação secreta das mensagens nºs 205/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, 230/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Oto Agripino Maia para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Vaticano, Parecer nº 1.065/2000, sobre a Mensagem nº 212/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a proposta de recondução do nome de José Mário Miranda Abdo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e PDL nº 24/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária (PR).

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a escritora Rachel de Queiroz pelo transcurso de seu nonagésimo aniversário de nascimento. Pauta: PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 39/2000, regulamento, para a Previdência Social, o disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição; PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PDL nº 253/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade de Mogi-Guaçu para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Mogi-Guaçu (SP).

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União Guido Fernando Mondim. Pauta: PDLs nºs 265/99, aprova o ato que renova a concessão do Sistema Jornal de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba (SP), nº 72/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Venda Nova FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Ibatiba (ES), nº 107/2000, aprova o ato que outorga permissão à Brasil Amazônia Comunicação Empreendimentos para explorar serviço de radiodifusão sonora em Redenção (PA) e nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós; e Requerimentos nºs 434/2000, do senador Roberto Requião, solicitando o reexame, pela CCJ, do PLS nº 194/99 e nº 505/2000, do senador Eduardo Suplicy, solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário, esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para Vladimiro Montesinos, assessor do presidente do Peru, Alberto Fujimori.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública acerca da política de preços para a indústria do gás natural, com a presença do governador do estado do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira; dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Abdo; de Gás e Energia da Petrobras, Delcídio do Amaral Gomez; da Agência Nacional do Petróleo, Júlio Colombi Neto; do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Energia do Ministério das Minas e Energia, Boris Garbati Gorenstin; membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Sérgio Weigert Ennes; e Eliezer Batista da Silva. *Ala Senador Alexandre*

Brasil 500



Costa – Sala 19

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 231/2000, que submete à deliberação do Senado o nome de Ellen Gracie Northfleet para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

17h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 79/2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios e suas respectivas autarquias e fundações; Mensagem nº 215/2000, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional; Ofício “S” nº 50/2000, que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 26 de julho de 2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro num total de US\$ 1 bilhão no mercado internacional; Mensagem nº 175/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 280,2 milhões de dólares, entre o Brasil e o Marubeni Corporation, destinada a aquisição de bens e serviços no âmbito do programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Ofício “S” nº 53/2000, que encaminha ao Senado o relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 17 de agosto de 2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de USD 5,1 bilhões, no mercado internacional; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility; PRS nº 75/2000, que altera a Resolução nº 78/98, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas de Alagoas e Pernambuco junto à União; PRS nº 78/2000, que altera a Resolução nº 78/98, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas de Alagoas e Pernambuco junto à União. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

Após Ordem do Dia – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do jornalista esportivo Juca Kfourir. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLSs nºs 5 e 68, de 2000 (tramitação conjunta), acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade; PLC nº 27/2000, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância; PLS nº 12/2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário; emendas apresentadas no turno suplementar ao substitutivo ao PLS nº 530/99 (votação nominal), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes; PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde, possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares); PLS nº 600/99, acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto; PLS nº 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.542/43; PLC nº 39/2000, regulamenta, para a Previdência Social, o disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição, para definir as obrigações de pequeno valor para fins de pagamento pela Previdência Social, sem expedição de precatórios. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública acerca da dívida ativa, com a presença dos presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), Fernando da Costa Tourinho (1ª Região); Alberto Nogueira (2ª Região); José Kallás (3ª Região); Fábio Bittencourt da Rosa (4ª Região); e José Maria Lucena (5ª Região). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

Quinta-feira

9h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento da presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne Giannetti Nelson de Senna. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

Quinta-feira

9h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Mar em Fúria*, de Wolfgang Petersen. *Auditório Petrólio Portela*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Propaganda de cigarro é destaque na próxima semana

Já aprovado pelas comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça, projeto impede a publicidade de fumo nos meios de comunicação de massa

A próxima semana será movimentada no Senado. Vários projetos importantes estarão em pauta nas instâncias de decisão da Casa. Entre os destaques da semana está a votação pelo Plenário do projeto que veta a propaganda de cigarros nos meios de comunicação de massa. A matéria, caso seja aprovada, deve retornar à Câmara dos Deputados, uma vez que foi alterada pelos senadores. Pela proposta, também fica proibido o patrocínio, por indústrias de cigarros, de eventos culturais e esportivos, além do uso de mala direta e de anúncios na Internet. Somente a propaganda em ambientes fechados será permitida.

Na quarta-feira, dia 22, o Plenário examina o projeto que regulamenta a prestação de informações do Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito. A proposta é oriunda da CPI que investigou irregularidades no Sistema Financeiro e tem por objetivo tornar mais seguras as operações de crédito.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota quatro projetos que mudam o ce-



O Plenário também votará sistema de proteção ao crédito

nário político do país. Estão em pauta proposta que institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, a que amplia o prazo de filiação partidária, a que define as hipóteses de cassação de registro de candidatura, além da perda de mandato, e a que proíbe a divulgação de pesquisas pouco antes das votações. Os três primeiros projetos serão examinados em caráter terminativo.

Na terça-feira, dia 21, a CCJ deve sabatinar, às 10h, a juíza gaúcha Ellen Gracie Northfleet, a primeira mulher a ser indicada para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). No mesmo horário, a Comissão de Assun-

tos Econômicos (CAE) realiza audiência pública sobre os preços na indústria do gás natural. A discussão contará com a presença do governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, e de diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A CAE examina, ainda na terça, projeto que concede incentivos fiscais para o setor de informática.

A CPI do Futebol também recebe na terça-feira o jornalista esportivo Juca Kfouri. Ele vai falar em sessão secreta. Na quinta, dia 23, os parlamentares ouvem a presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Adienne Giannetti Néelson de Senna.

Recursos para o mínimo devem ser definidos

O projeto do Executivo que impede as empresas de utilizarem brechas da lei para reduzir o imposto a pagar — a chamada elisão fiscal —, a ser votado nos próximos dias pela Câmara para gerar recursos destinados a bancar o aumento do salário mínimo, contém um artigo que abre caminho para a instituição do imposto de renda mínimo. A afirmação é do ministro da Fazenda, Pedro Malan, na exposição de motivos que acompanha a proposta.

O texto faz algumas alterações no Código Tributário Nacional e adota a renda bruta como base para cobrança do Imposto de Renda. O mesmo artigo diz que lei ordinária poderá limitar as deduções sobre as receitas. No ano passado, ao depor na CPI do Senado que investigou o Sistema Financeiro, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, provocou espanto ao declarar que metade das 530 maiores empresas brasileiras não pagou Imposto de Renda em 1998, aproveitando-se de brechas legais. Disse mais: das



Amir Lando sugeriu a líderes da Câmara a votação do projeto que acaba com a elisão fiscal

60 maiores instituições financeiras que atuam no país, 25 não haviam depositado qualquer quantia de Imposto de Renda.

Além disso, conforme o secretário, havia tanta dedução que muitas empresas passavam a ter crédito tributário. Everardo sugeriu à época que o Congresso aprovasse mudanças na lei para instituir o imposto de renda mínimo e punisse empresas que praticassem a elisão fiscal. A CPI deu todo apoio e, pouco depois, o Executivo enviou ao Congresso o projeto, que agora deverá ganhar urgência para votação na Câmara. O relator é o deputado Eduardo Paes (PTB-RJ), que ainda não apresentou seu parecer.

O projeto foi escolhido pelos lí-

deres partidários na Câmara, por recomendação do relator geral do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), como uma das fontes para garantir o reajuste do salário mínimo.

O outro projeto escolhido pelos líderes para bancar o aumento do salário mínimo dá à Secretaria da Receita Federal acesso às movimentações bancárias de pessoas ou empresas suspeitas de sonegação, tendo por base a arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Projeções mostram que a arrecadação federal poderá subir R\$ 9 bilhões por ano se a proposta for aprovada.



Álvaro Dias, presidente da CPI do Futebol, agendou o depoimento do jornalista para terça-feira

Juca Kfouri será ouvido sobre irregularidades no futebol

A CPI que está investigando o futebol brasileiro já definiu sua programação para as próximas semanas. O jornalista esportivo Juca Kfouri comparecerá à comissão na próxima terça-feira, dia 21. Seu depoimento será dividido em uma parte pública e em outra secreta, com início previsto para após o término da Ordem do Dia. Entre outros assuntos, Kfouri falará sobre supostas irregularidades nos negócios envolvendo a compra e venda de jogadores.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), antecipou que Juca Kfouri deverá apresentar alguns documentos apontando indícios de irregularidades, como evasão de divisas, envolvendo entidades ou pessoas ligadas ao futebol brasileiro. Ele acrescentou que a convocação foi baseada na afirmação que Kfouri fez na CPI da Nike, da Câmara dos Deputados, de que teria outras informações a prestar se a reunião fosse sigilosa.

Na quinta-feira, dia 23, a presidente do Conselho de Contro-



le de Atividades Financeiras (Coaf), Adienne de Senna, falará sobre irregularidade nas operações de bingos.

O Coaf denunciou ao Ministério Público 5.208 operações suspeitas de movimentarem irregularmente R\$ 5 bilhões entre agosto de 1999 e outubro deste ano. No dia 28, haverá reunião administrativa da CPI do Futebol.

O depoimento do ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo, na CPI do Futebol, foi marcado para o dia 30 de novembro. As informações referentes às quebras dos sigilos bancário e fiscal do treinador já estão à disposição dos membros da comissão parlamentar de inquérito. Luxemburgo deverá dar explicações sobre denúncia feita pela estudante de Direito Renata Alves de que ele teria montado e operado rede de negócios envolvendo o recebimento de comissão pela escalação de jogadores, uso de imagem, compra e venda de veículos e transferência irregular de dólares ao exterior.

CPI do Roubo de Cargas reúne-se hoje na Paraíba

A CPI do Roubo de Cargas reúne-se hoje, às 11h, no auditório de convenções do Hotel Tambaú, em João Pessoa (PB), para colher o depoimento dos secretários de Segurança da Paraíba, Glauber Bezerra, e do Piauí, Carlos Lobo. Além deles, deverão ser ouvidos o deputado estadual Pedro Eurico, que presi-



O senador Romeu Tuma preside a CPI do Roubo de Cargas



de CPI sobre o mesmo tema na Assembléia Legislativa de Pernambuco, e delegados de polícia do Ceará e Pernambuco. Os presidentes dos sindicatos de transportes de cargas na Paraíba e Pernambuco também vão depor.

José Agripino quer mais equilíbrio no comércio com União Européia

Senador diz, em seminário em Madri, que é preciso rever as condições de acesso ao mercado europeu dos produtos fabricados no Mercosul

O senador José Agripino (PFL-RN) defendeu, em seminário promovido em Madri pela Fundação Popular Ibero-Americana para analisar as perspectivas de integração entre o Mercosul e a União Européia, a criação de condições para o desenvolvimento equilibrado do comércio entre as duas regiões. Agripino, que participou do encontro como representante do PFL, relatou aos demais senadores o pronunciamento que fez no encontro.

Ele destacou a importância das negociações para a criação da Associação Inter-regional, que irá agrupar os dois blocos econômicos, conforme acordo firmado em Madri, em 1995. Um dos objetivos da associação, e o mais importante, na avaliação do senador, é a liberalização de fluxos de comércio entre as duas regiões.

Segundo o senador, o Mercosul tem hoje na União Européia o seu mais importante parceiro comercial. A União Européia absorve cerca de um quarto das exportações do Mercosul e é, em conjunto, a fonte mais importante dos fluxos de investimento direto estrangeiro nos países que integram este bloco, acrescentou ele.

José Agripino ressaltou a posi-



Agripino: produtos agrícolas estão entre os que enfrentam maiores dificuldades na Europa

ção do Brasil neste contexto, informando que o fluxo comercial entre o país e a União Européia deve chegar neste ano a US\$ 32 bilhões. Entre os 12 maiores parceiros comerciais do Brasil em todo o mundo, sete fazem parte da União Européia.

O senador reconheceu, no entanto, que a negociação para a criação da Associação Inter-regional será difícil. Ele atribuiu as dificuldades principalmente às diferenças de prioridade dos dois blocos econômicos e ao tratamento da questão agrícola.

Entre os efeitos nocivos das políticas agrícolas européias nos países em desenvolvimento, citou a perda de mercados na Europa, a concor-

rência em terceiros mercados de uma produção "altamente subsidiada" e a pressão de baixa nos preços internacionais dos produtos. Ele destacou os efeitos dessas políticas no Nordeste, com a migração para a Amazônia e a conseqüente pressão demográfica sobre a floresta.

Ao defender uma revisão das condições de acesso dos produtos do Mercosul aos mercados comunitários, José Agripino disse que as exportações da União Européia para o Mercosul cresceram mais de 230% na década de 90, enquanto as exportações do Mercosul para o bloco europeu subiram apenas 35%.

José Agripino também destacou a importância política e estratégica da parceria Mercosul e União Européia, observando que a partir de 2005, com a implantação da Área de Livre Comércio da Américas (Alca), poderá estar em jogo o equilíbrio da ordem regional na América do Sul.

— Vemos de modo muito positivo a perspectiva de uma parceria mais intensa com os Estados Unidos, mas desejaríamos que a esse movimento correspondesse na mesma medida uma presença mais intensa da Europa nos países do Mercosul — afirmou.



Bezerra: "Não haverá espaço para a guerra fiscal, que acaba por prejudicar a todos os estados"

programa conhecido como incubadora de empresas.

Carlos Bezerra citou o fomento ao turismo ecológico e a formação de um consórcio de empresas de informática para facilitar a importação de máquinas (*hardware*) e a exportação de programas (*software*), como os próximos passos para sedimentar o mercado comum. "No futuro, podemos até pensar na criação de uma agência de desenvolvimento de natureza privada, um caminho ágil para estimular ações e projetos", concluiu Carlos Bezerra.

Boaventura pede expansão do Comunidade Solidária

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) pediu a ampliação da área de atuação do programa Comunidade Solidária. Ele destacou os bons resultados obtidos até agora com o programa, mas ressaltou ser de fundamental importância aumentar o número de municípios beneficiados.

De acordo com os dados apresentados pelo representante de Goiás no Senado, o programa do governo federal atingiu, até agora, 1.369 municípios, menos de um quarto do total no país. Nos primeiros quatro anos de funcionamento, o Comunidade Solidária aplicou R\$ 7,6 bilhões para minimizar os efeitos da pobreza. Desse total, pouco mais da metade — 51,3% — foram aplicados nas regiões Norte e Nordeste. Mas a região Centro-Oeste, destacou, perde em aporte de recursos também para as regiões Sul e Sudeste.

— Há casos de municípios, inclusive de meu estado, Goiás, que registram elevadíssimo índice de pobreza e que ainda não receberam os benefícios desse importante programa de promoção social — afirmou Albino Boaventura.

O parlamentar parabenizou o Comunidade Solidária por ter conseguido superar as distorções clássicas dos programas governamentais voltados para a área social, graças à ampliação do controle de sua gestão pela comunidade. Lembrou que a comunida-



Conforme Boaventura, o programa só chegou a 1.369 municípios, menos de um quarto do total

de já é majoritariamente representada no Conselho Consultivo da entidade, órgão que determina as grandes linhas a serem desenvolvidas pela Secretaria Executiva do programa. Ele também elogiou o subprograma Comunidade Ativa, que atua em 150 cidades (52 delas não contempladas pelo Comunidade Solidária) e que tem como meta o desenvolvimento integrado e sustentado.

Boaventura afirmou ser preciso superar "a indiferença e a insensibilidade" de setores da área econômica do governo federal, para que seja ampliado o alcance do Comunidade Solidária. Lembrou que essa postura da área econômica provocou "corretas e oportunas advertências e cobranças da primeira-dama, Ruth Cardoso".

Carlos Patrocínio pretende instituir o voto em separado

Para que todos os cidadãos quites com a Justiça Eleitoral possam exercer o direito de voto, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pretende instituir o voto em separado, nos casos em que o nome do eleitor não constar das folhas de votação de sua seção eleitoral.

A proposta busca evitar situações como a ocorrida nas eleições deste ano em Araguaína (TO), onde, segundo o senador, milhares de eleitores não puderam votar na urna eletrônica porque seus nomes não constavam das folhas de votação expedidas pela Justiça Eleitoral. O voto em separado seria uma forma de reparar esse tipo de falha da legislação eleitoral.

Outro argumento do senador é o de que "os candidatos não se podem privar daqueles votos legítimos", principalmente em muni-



Patrocínio quer evitar que o eleitor deixe de votar quando seu nome não constar da folha de votação

cípios em que foi registrada pequena diferença entre os candidatos mais votados. "O instituto do voto em separado poderia acarretar resultados diferentes daqueles que ocorreram", justificou.

Carlos Bezerra defende mercado comum na região Centro-Oeste

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a criação imediata de um mercado comum para a área que abrange os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Acre, Rondônia e Distrito Federal. O chamado Mercoeste teria o propósito de desenvolver as potencialidades econômicas da região.

Para Carlos Bezerra, a realização do Encontro de Brasília, no último dia 30 de outubro, com a presença de governadores ou representantes dos seis estados e do DF, marcou uma nova etapa rumo à construção do Mercoeste. Foi firmado um pacto de desenvolvimento integrado e surgiu o primeiro resultado concreto: um convênio assinado pelos sindicatos das indústrias de móveis e vestuário do DF e a Agência de

Promoção de Exportações (Apex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento.

Bezerra defendeu a cooperação das unidades da Federação. "Não haverá espaço para a prática conhecida como guerra fiscal, em que a competição entre os estados acaba por prejudicar a todos eles", garantiu. Ele apontou a carência de mão-de-obra especializada na região como um dos grandes obstáculos a serem superados para dar impulso a esse programa de desenvolvimento.

O senador enfatizou que, por essa razão, a participação das universidades, em especial da Universidade de Brasília, representa passo importante não só para formação de especialistas como também para desenvolvimento de pesquisa tecnológica e do

CCJ aprovou nesta semana sete projetos de lei e uma emenda constitucional

Decisões envolvem temas como a mudança da idade para aposentadoria compulsória, a criação de cargos na PF e a proibição de usar a expressão “boa aparência” em anúncios de emprego

Sete projetos e uma proposta de emenda constitucional foram aprovados ao longo da semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Um dos projetos, enviado pelo Executivo, cria 2 mil cargos na Polícia Federal. O relator, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que eles permitirão à Polícia Federal atuar com mais eficácia, principalmente no combate ao narcotráfico.

Por outra decisão da comissão, o combate ao crime organizado terá ainda duas novas armas. Os policiais poderão instalar aparelhos de som e imagem para captar conversas de suspeitos e passarão a ter condições legais para se infiltrar em organizações criminosas para desbaratar quadrilhas.

Nesta semana, a CCJ decidiu ainda que os responsáveis por brigas de animais – principalmente galos, cães e canários – serão punidos com maior rigor. Foi aprovado projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) determinando que os contraventores terão a pena, hoje fixada em três meses a um ano de reclusão, acrescida em um sexto.

A CCJ também aprovou projeto fixando em seis meses o prazo para prescrição da ação impetrada pelas seguradoras para reaver o valor pago aos segurados por dano provocado por terceiros. O prazo atual é de cinco anos, o que prejudica o



Os integrantes da CCJ acataram projeto que permite à polícia infiltrar agentes em organizações criminosas

segurado, que dispõe de apenas um ano para reclamar das companhias a indenização devida.

Por unanimidade, a CCJ acolheu projeto, do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que proíbe o uso da expressão “boa aparência” nos anúncios de emprego e recrutamento de pessoal e obriga os recrutadores a informar o número de vagas disponíveis e as qualificações exigidas para a função.

A CCJ aprovou ainda parecer favorável de Ney Suassuna (PMDB-PB), de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), à proposta de emenda constitucional que amplia de 70 para 75 anos a idade em que os funcionários públicos civis e magistrados devem compulsoriamente se aposentar. Outro projeto aprovado, de

autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), desobriga de pagamento pelo uso de recursos hídricos os proprietários de pequenos rebanhos, piscicultores e pequenos irrigadores.

Os membros da comissão também autorizaram o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) a doar ao município de Alvorada do Gurguéia (PI) o imóvel reconhecido como Perímetro Irrigado Gurguéia, com área total de 13,5 mil hectares.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os senadores amazonenses Jefferson Péres (PDT), Bernardo Cabral (PFL) e Gilberto Mestrinho (PMDB), manifestaram-se contra o substitutivo de Suassuna ao projeto do governo para o

setor de informática. Eles querem a manutenção da isenção de IPI para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus.

A Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) para debater em audiência pública o projeto que disciplina o acesso a informações da Internet.

O Plenário do Senado aprovou, nesta semana, decretos legislativos renovando a concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Fundação Cultural de Aratiba (RS); Rádio Uirapuru, de Birigüi (SP); Rádio Cidade Jundiá (SP); Rádio Difusora Porto Real, de Resende (RJ); Rádio Difusora Taubaté (SP); e Rádio Fundação Educativa Nordeste, de Lagoa Vermelha (RS).

Ademir apela por medidas em favor da pesca nacional

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apelou ao governo federal para que crie incentivos ao setor pesqueiro, compreendendo sua importância e potencial para a economia nacional. Ele defendeu o envio do projeto de Código Nacional de Pesca, que, conforme avalia, resolveria os problemas relacionados à produção e à preservação ambiental. Além disso, Ademir sugeriu a adoção de medidas de crédito que ajudem a fortalecer a indústria nacional do pescado. Atualmente, informou o senador, a produção nacional encontra-se estagnada em 700 mil toneladas por ano, gerando um déficit de US\$ 400 milhões devido à importação de US\$ 520 milhões. Ele se disse descrente do plano anunciado pelo Ministério da Agricultura para incrementar o setor, o que levaria a produção a 1,25 milhão de toneladas de pescado em 2003.

– Gostaria de acreditar nisso. Mas a realidade ainda está muito distante. Para que isso venha a ocorrer em curto prazo, como promete o governo, seriam necessários investimentos maciços na aquicultura e na pesca oceânica – disse. Ademir Andrade também apontou como solução emergencial o aporte de recursos para a recuperação da frota pesqueira nacional. – Necessitaríamos de linhas de créditos específicas, seja através do BNDES ou qualquer outro agente financeiro que dê condições de médio e longo prazo de financiamento para a renovação da frota – completou.



Ademir: produção nacional está estagnada em 700 mil toneladas por ano

Jucá destaca trabalho feito pela CNA para ouvir e representar produtores

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o trabalho desenvolvido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), afirmando que a entidade tem canais eficientes para ouvir os produtores rurais, “o que demonstra sua representatividade democrática e transparência”.

Entre as iniciativas da CNA, Jucá destacou o Projeto Conhecer, criado para aproximar a entidade do agricultor. O projeto, disse o senador, cadastrou 28.617 produtores rurais, consultados para que fosse feito um diagnóstico sobre os principais problemas e aspirações do agricultor brasileiro.

Segundo Jucá, o projeto iden-

tificou as maiores preocupações dos produtores nacionais: altos custos dos insumos agrícolas, baixos preços dos produtos agrícolas, taxas de juros elevadas, insuficiência de crédito agrícola, legislação trabalhista inadequada, falta de mão-de-obra especializada, dificuldades de transporte pela má conservação das estradas e elevado grau de endividamento. Os produtores também estão preocupados com as exigências da legislação previdenciária, as ameaças à propriedade por invasões de terras, a competição desleal de produtos importados, a falta de irrigação e eletrificação rural e problemas ambientais.

– O Projeto Conhecer é um me-

canismo rápido e eficaz de consulta às bases representadas, permitindo ao produtor rural levar suas aspirações e dificuldades às autoridades governamentais, aos meios de comunicação e à sociedade em geral – afirmou Jucá.

Ele acrescentou que o Projeto Conhecer permitiu que a CNA apresentasse seu plano de safra ao Ministério da Agricultura, além de definir a posição dos agricultores sobre o uso dos transgênicos ou produtos geneticamente modificados. A estratégia para a Mobilização Acordo Rural – manifestação dos agricultores em Brasília em agosto de 1999 – também foi montada a partir das informações colhidas pelo Projeto Conhecer.



Jucá: Projeto Conhecer garante legitimidade às reivindicações da CNA

A utilização das opiniões manifestadas na consulta aos produtores rurais, na opinião de Jucá, demonstra o caráter democrático do Projeto Conhecer, que confere maior legitimidade às reivindicações da CNA.

– Mais importante do que tudo que já foi realizado pela CNA será o trabalho que ela continua a realizar e realizará no futuro, para tornar a agricultura brasileira mais moderna, mais competitiva, capaz de gerar mais empregos, produzir mais alimentos, a preços adequados, para que mais brasileiros possam ter um maior nível de renda e maior bem-estar social – afirmou Jucá.

Professores debatem na TV Senado o futuro do país

Vamireh Chacon e Ronaldo Conde Aguiar, da Universidade de Brasília, avaliam, em entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, as perspectivas do universo político e as alternativas para o Brasil

Francelino saúda fábrica de caminhões em Minas Gerais

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) saudou a inauguração de uma fábrica de caminhões da Fiat-Iveco em Sete Lagoas (MG), em solenidade que contou com a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso. Francelino disse que a presença do presidente da República na solenidade, realizada na semana pas-

sada, foi "o testemunho da importância que o governo brasileiro confere a essa parceria entre o estado e uma indústria de dimensão mundial."

A um custo total de US\$ 260 milhões, a capacidade de produção da fábrica de Sete Lagoas será de 25 mil veículos por ano, sendo 16 mil Fiat Ducato e nove mil Iveco

Daily, dois modelos já produzidos no Brasil, informou. No mesmo terreno, ao lado dos galpões de montagem e pintura, foi erguida uma fábrica de motores a diesel da Iveco, com capacidade para 30 mil motores por ano, disse o senador.

Francelino lembrou que essa inauguração é fruto de um pacto firmado há 27 anos entre o estado de Minas Gerais, com



Francelino lembrou pacto firmado há 27 anos entre Minas e a Fiat

então governador Rondon Pacheco, e a Fiat mundial. A empresa já teve sua sede brasileira localizada no Rio de Janeiro, e, posteriormente, em São Paulo. A decisão de transferir a matriz para Belo Horizonte, afirmou, atende a uma decisão estratégica, uma vez que a atividade industrial do grupo italiano tem se concentrado em Minas Gerais.

Neste final de semana, na TV Senado, as perspectivas do universo político e as alternativas de futuro para o Brasil são discutidas pelos professores da Universidade de Brasília Vamireh Chacon e Ronaldo Conde Aguiar — autor de *O Pensamento Social Brasileiro* — em entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita.

O programa, que vai ao ar amanhã e domingo, às 11h e às 23h, contou também com a participação de Frank Soudant, da editora Paralelo 15, especializada em sociologia.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 — *Entrevista Especial* — Embaixador Alberto Correa Neto fala dos 25 anos de independência de Angola
7h30 — *Entrevista* — Sen. Jefferson Péres fala sobre a nova Lei de Informática
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Segredos da Inconfidência
9h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão Assuntos Econômicos (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Quem tem medo da música clássica?* — Réquiem Alemão, de J. Brahms — parte 2
19h30 — *Debate* — Hernani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
20h30 — *Entrevista* — Sen. Jefferson Péres fala sobre a nova Lei de Informática
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Canal Médico* — O adolescente e os esportes
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo — Vó Imbolá*, com Zeca Baleiro
0h — *Redescoberta do Cinema Nacional — Atlântico Negro — Na rota dos Orixás*

SÁBADO

1h — *Debate* — Hernani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
2h — *Saúde/Unip* — A criança — parte 1
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão
3h30 — *Entrevista* — Sen. Nabor Júnior fala sobre a reforma política
4h — *Saúde/Unip* — A criança — parte 1
4h30 — *Jornal do Senado*
5h — *Canal Médico* — Proteus — Aula 2
6h — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Dos grilhões ao quilombo
6h30 — *Agenda Econômica* — Raul Veloso, economista, fala sobre as contas públicas
7h30 — *Entrevista* — Sen. Henrique Loyola fala sobre o Projeto Empreender
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — A conquista da terra e da gente
9h — *ABD no Ar* — Programa de incentivo ao Cinema da Petrobras
9h30 — *De Coração* — Reposição hormonal
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
11h — *Entrevista* — Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, Vamireh Chacon, cientista político, e

Ronaldo Conde Aguiar, sociólogo, falam sobre o pensamento social brasileiro
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista* — Sen. Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública
13h — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Entre a fé e a espada
13h30 — *Agenda Econômica* — Raul Veloso, economista, fala sobre as contas públicas
14h30 — *Espaço Cultural* — Breve História da Música Caipira, com Passoca
16h — *Saúde/Unip* — A criança — parte 1
16h30 — *Entrevista* — Sen. Ramez Tebet fala sobre a reforma política
17h — *Revista Brasília*
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
19h — *Tela Brasileira* — Isa Castro
19h30 — *Canal Médico* — Especial Pediatria — Fobia social
20h30 — *Entrevista* — Sen. Jefferson Péres fala sobre a nova Lei de Informática

21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo — Vó Imbolá*, com Zeca Baleiro
23h — *Entrevista* — Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, Vamireh Chacon, cientista político, e Ronaldo Conde Aguiar, sociólogo, falam sobre o pensamento social brasileiro
0h — *Redescoberta do Cinema Nacional — Atlântico Negro — Na rota dos Orixás*

DOMINGO

1h — *Entrevista Especial* — Embaixador Alberto Correa Neto fala dos 25 anos de independência de Angola
2h — *Saúde/Unip* — A criança — parte 2
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil* — Manaus
3h30 — *Entrevista* — Sen. Jefferson Péres fala sobre a nova Lei de Informática
4h — *Saúde/Unip* — A criança — parte 2
4h30 — *Jornal do Senado*
5h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
5h30 — *Saúde/Unip* — A criança — parte 2
6h — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Entre a fé e a espada
6h30 — *Debate* — Sen. Júlio Eduardo e a presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, Hitomi Miura,

falam da maternidade segura e saúde reprodutiva
7h30 — *Entrevista* — Sen. Ramez Tebet fala sobre a reforma política
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Fausto e pobreza das minas
9h — *Tela Brasileira* — Isa Castro
9h30 — *De Coração* — Reposição hormonal
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
11h — *Entrevista* — Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, Vamireh Chacon, cientista político, e Ronaldo Conde Aguiar, sociólogo, falam sobre o pensamento social brasileiro
12h — *Canal Médico* — Especial Pediatria — Fobia social
13h — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Segredos da Inconfidência
13h30 — *Debate* — Hernani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
14h30 — *Espaço Cultural* — Breve História da Música Caipira, com Passoca
16h — *Saúde/Unip* — A criança — parte 2
16h30 — *Entrevista* — Sen. Henrique Loyola fala sobre o Projeto Empreender
17h — *Revista Brasília*
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
19h — *ABD no Ar* — Programa de incentivo ao Cinema da Petrobras
19h30 — *Agenda Econômica* — Raul Veloso, economista, fala sobre as contas públicas
20h30 — *Entrevista* — Sen. Nabor Júnior fala sobre a reforma política
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo — Vó Imbolá*, com Zeca Baleiro
23h — *Entrevista Especial* — Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, Vamireh Chacon, cientista político, e Ronaldo Conde Aguiar, sociólogo, falam sobre o pensamento social brasileiro
0h — *Revista Brasília*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*
Em seguida — Música e Informação



Projeto de Hartung confere a toda apólice de seguro natureza de título executivo extrajudicial

Hartung quer combater abusos das seguradoras

Com base em reclamações de segurados contra atitudes arbitrárias de seguradoras, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei que confere a toda apólice de seguro natureza de título executivo extrajudicial. Com isso, explicou, o cidadão terá as condições mínimas para executar judicialmente o seu contrato de seguro e evitar, por exemplo, longas esperas pelo resultado da disputa entre seguradoras e oficinas mecânicas, no caso dos seguros de automóveis.

O projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo. O texto prevê que toda apólice de seguro "passa a compor título executivo que reputar-se-á líquido, certo e exigível 20 dias após o aviso de sinistro à seguradora, se o segurado ou beneficiário cumprir as exigências para instrução do processo".

— Sendo o seguro tipicamente um contrato de adesão, em que o segurado adere às cláusulas redigidas pelas seguradoras, sem poder modificá-las, é preciso proteger o consumidor de abusos — afirma Paulo Hartung.

Rocha defende financiamento público de campanhas eleitorais

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou a disposição de assinar o requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as denúncias de recursos não declarados na campanha à reeleição do presidente Fernando Henrique. O senador salientou, no entanto,



Rocha assina pedido de CPI, mas diz que o tema é "um campo minado"

que a oposição também pode ser responsabilizada por irregularidades em campanhas eleitorais. "Não serei eu quem vai atirar a primeira pedra", garantiu.

Na avaliação de Rocha, a solução para problemas desse tipo e para evitar o abuso do poder econômico nas eleições é a aprovação do financiamento público exclusivo de campanhas. Ele adiantou que deixará de votar qualquer outro item da reforma política se o financiamento público não for aprovado.

— Vejo que o Congresso Nacional está caminhando em campo minado. Se a CPI tiver acesso à documentação de campanha e às planilhas secretas dos candidatos, teremos de admitir que oposição e governo receberam ajudas que não foram declaradas — disse.

Sebastião Rocha admitiu a dificuldade da oposição para prestar con-

tas dos recursos usados nas campanhas. As razões seriam a grande diversidade de doadores e o receio de alguns empresários, que não querem se identificar por temerem represálias dos governos, "principalmente em campanhas municipais".

A proposta de limitação dos gastos com a propaganda de rádio e televisão, defendida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), recebeu o apoio de Sebastião Rocha.

— Os programas de TV dos candidatos têm de ser ao vivo, porque respondem por aproximadamente 80% dos gastos dos candidatos. Esses programas são, proporcionalmente, mais caros do que as novelas — argumentou Rocha.

Em aparte, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) manifestou-se contrário à criação da CPI para investigar as sobras de campanha de FHC. No entanto, apoiou o financiamento público e disse que está preparando uma proposta de emenda constitucional sobre o assunto. "As empresas ou empresários que forem pegos burlando a lei serão considerados inabilitados para receber empréstimos de instituições oficiais" — adiantou.

Situação do PDT preocupa parlamentar

Os três senadores que integram a bancada do PDT estão apreensivos com o futuro da agremiação depois que o governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, deixou o partido, afirmou ontem o senador Sebastião Rocha. Ele citou, nominalmente, seus colegas Emilia Fernandes (RS) e Jefferson Péres (AM).

Juntamente com o governador, saíram do PDT cinco dos oito deputados federais fluminenses, 15 dos 17 deputados estaduais, 12 dos 14 secretários de estado e de seis mil a 11 mil filiados. Anthony Garotinho deixou o PDT depois de vários desentendimentos com o presidente de honra do partido, o ex-governador Leonel Brizola.

— Faltou astúcia a Garotinho para compreender que ele seria o sucessor natural de Brizola. Bastaria buscar o entendimento intrapartidário para tornar-se seu sucessor. Mas ele se precipitou. De modo açodado, tentou abreviar o processo de lançamento do seu nome à Presidência da República — afirmou Rocha.

Embora não considere Leonel Brizola responsável pelo "racha" no PDT, o senador atribuiu, "em parte", à impaciência do ex-governador os fatos ocorridos.

— Não tenho a ousadia de condenar Brizola; considero-o um grande líder. Caberá à História dizer quem estava certo — disse Rocha.

Para o senador, o principal prejudicado é o partido, que, na sua avaliação, já havia se tornado respeitado nacionalmente. Prova disso, afirmou, é a falta de perspectivas que o PDT enfrenta para lançar um candidato à Presidência da República.

— Não acredito nesse partido se ele não tiver um nome que possa se tornar o timoneiro de um projeto político — advertiu.

Outro motivo de apreensão para a bancada pedetista é a fusão com o PTB. Sebastião Rocha disse que, a essa altura, não se sabe se o PDT vai manter sua convicção programática ou será influenciado pelo que antes era criticado no PTB.

Desincompatibilização deve ser obrigatória, diz Nabor

Senador apresentará proposta determinando que candidatos deixem chefia de Executivo seis meses antes do pleito

Em concordância com a tese de que o principal item da agenda pública, atualmente, é o da reforma política, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) anunciou que em breve apresentará proposta de emenda constitucional estabelecendo que os candidatos se desincompatibilizem, seis meses antes do pleito, dos cargos executivos que exercerem. A medida, na sua opinião, é necessária para assegurar equidade na competição eleitoral, combater o abuso de poder econômico e garantir a moralidade da vida pública.

Conforme o senador, a não-desincompatibilização dos cargos, associada à reeleição, explica os altos índices de manutenção dos governadores e prefeitos nos respectivos cargos. Em 1998, 18 governadores foram reeleitos. Este ano, entre os 21 prefeitos de capitais que se candidataram à reeleição, 16 foram



Para Nabor Júnior, "não se justifica que um candidato concorra no exercício do cargo"

bem-sucedidos, comentou.

— Se estivesse em vigor a desincompatibilização, nem metade deles conseguiria a reeleição. Não se justifica que um candidato concorra no exercício do cargo, usando recursos do estado na campanha — afirmou.

Nabor Júnior, que esteve em Joinville (SC) na quarta-feira, no lançamento da pré-candidatura do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência da República (*ver página seguinte*), disse que seu partido está no momento correto para lançar candidatura própria e que o nome de Simon é o mais adequado. O partido conta com base eleitoral significativa, observou, tendo quatro prefeitos de capitais, mais de mil prefeitos municipais e cerca de 12 mil vereadores em todo o país, o que o capacita a lançar candidatura própria.

— A proposta feita por Simon no lançamento de sua candidatura foi de lutar pela ética e moralidade, exatamente o que o povo está reclamando. Esta certamente será a bandeira de luta de sua candidatura, se vier a ser indicado candidato oficial do PMDB, como espero — disse.

Antero adianta que bancada lutará por mais verbas para Mato Grosso

A bancada de Mato Grosso no Congresso lutará pelo cumprimento do dispositivo constitucional que manda reservar à região Centro-Oeste 20% das verbas destinadas a projetos de irrigação, informou ontem o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Segundo ele, esse dispositivo jamais foi cumprido, dificultando a viabilização de projetos pioneiros em assentamentos de agricultores beneficiados pela reforma agrária.

— Ou o Congresso faz valer a Constituição ou a muda — afirmou Antero, antecipando alguns dos passos a serem adotados pelos parlamentares mato-grossenses nas reuniões da Comissão Mista de Orçamento.

Um dos pontos da estratégia da bancada é a destinação de verbas para a BR-158, rodovia que funcionará como alimentadora da hidrovía Araguaia-Tocantins, de modo a escoar a produção agropecuária de Mato Grosso e do Tocantins. Outra rodovia vista como prioritária para o estado é a BR-364, que serve ao norte de Mato Grosso. E com relação à BR-163, que ligará Mato Grosso ao porto de Santarém, no Pará, a idéia é

conseguir do governo a adoção de medidas enérgicas para garantir a liberação dos recursos orçamentários previstos para sua construção, uma vez que as verbas foram bloqueadas até que se apurem irregularidades na obra.

— Que o governo então cancele o contrato e faça nova licitação ou privatize a rodovia, mas o povo não pode ser prejudicado — disse Antero.

O senador abordou ainda a necessidade da continuação das obras da Ferronorte até Rondonópolis. Ele informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso está providenciando a contratação de operação de crédito



Antero: Constituição reserva para o Centro-Oeste 20% das verbas destinadas à irrigação

com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que a ferrovia seja concluída.

Senador vê PSDB vitorioso no estado

O senador Antero Paes de Barros apresentou ontem em Plenário análise do resultado das eleições municipais em Mato Grosso, nas quais o PSDB elegeu 55 candidatos de seu quadro e 29 pertencentes a partidos aliados. No total das candidaturas próprias e coligações, o partido obteve 1,07 milhão de votos, segundo foi

informado durante reunião do partido realizada na quarta-feira em Cuiabá.

Antero citou especificamente a vitória do peessedebista Roberto França para a prefeitura da capital do estado. Conforme o senador, a bem-sucedida campanha indica que o PSDB deve se manter unido para as eleições de 2002.

Alcântara destaca avanços da política de informática

Ao analisar o relatório *Qualidade e Produtividade no Setor de Software Brasileiro em 1999*, do Ministério da Ciência e Tecnologia, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a política de informática desenvolvida pelo governo federal. Segundo ele, o relatório apresenta um panorama



Lúcio Alcântara: apoio a empresas deve se basear no investimento em pesquisa

do setor de *software* no país, a partir de questionários respondidos pelas empresas e do levantamento de informações divididas em quatro categorias.

A primeira categoria, disse o senador, é a atuação das empresas no desenvolvimento ou na distribuição e editoração de *software*. A região Sudeste domina o setor, com 32% das empresas do país, e a região Nordeste figura com 5%.

— No Nordeste, o Ceará é, de longe, o estado que concentra o maior número de empresas. São 56. Depois, vem a Bahia, com 11 empresas; Pernambuco, com sete; Paraíba, com cinco; Alagoas, com duas; e Sergipe, com uma. É o setor que mais

cresce na economia e o seu desenvolvimento é a chave para o nosso futuro — assinou o senador.

Alcântara explicou que a segunda categoria abordada pelo relatório apresenta informações sobre os recursos humanos das empresas, como a qualificação dos empregados, o regime de trabalho e política de pessoal. A terceira categoria é a gestão empresarial, que descreve o planejamento estratégico das empresas, a utilização de programas de qualidade, o relacionamento com clientes e a terceirização de serviços. A quarta categoria, continuou Alcântara, lista os métodos usados para a prevenção e a detecção de defeitos, as ferramentas de desenvolvimento e a medição da qualidade dos processos de *software*.

Para o senador, a política atual, de incentivos baseados no investimento das empresas em pesquisa, é bem mais efetiva que a anterior, apoiada na fixação de altas tarifas de importação.

Mozarildo aponta falta de qualidade no ensino

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu mais investimentos na área educacional e disse que o governo, embora tenha universalizado o acesso à escola, deixou de lado a qualidade do ensino, principalmente nos níveis básico e médio. Para o senador, o Executivo deve rever todo o processo educacional brasileiro, a começar pela valorização e qualificação dos professores.

Segundo Mozarildo, no atual mundo globalizado, investir em educação deixou de ser política social e passou a ser política estratégica. A seu ver, só com mão-de-obra qualificada, o país poderá ocupar maior espaço no mercado mundial. Para isso, observou, tem que investir na qualidade do ensino.

Para melhorar o sistema educacional, Mozarildo aconselhou o gover-



Mozarildo reconhece que houve avanço, mas diz que "há muito por fazer"

no a garantir a eficiência da rede particular, além de promover o aperfeiçoamento do aluno e a qualificação do professor nas escolas públicas. Ele reconheceu, no entanto, que o governo vem tentando recuperar a educação brasileira.

Na sua opinião, os últimos cinco anos registraram avanços, como o aumento de alunos matriculados nas escolas, a universalização do ensino fundamental, a expansão das matrículas no ensino superior e a implantação de programas educacionais, como o denominado Programa de Aceleração da Aprendizagem.

— Mas há muito por fazer. Apesar do aumento da oferta de vagas no últimos anos, o Brasil ainda tem, por exemplo, uma das mais baixas proporções da população no ensino superior do mundo — ressaltou.

Simon sugere a FHC que busque "amplo entendimento" no país

Para ele, o presidente deve dedicar últimos anos de mandato a essa tarefa, enfrentando questões como as reformas política e tributária

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem um apelo, em Plenário, ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que dedique seus dois últimos anos de mandato à efetivação das reformas sociais, políticas e econômicas demandadas pelo país. "Se o presidente tiver espírito de estadista, vai aproveitar esse tempo para promover um amplo entendimento entre a situação, oposição e entidades da sociedade civil sobre as grandes questões nacionais, preparando, assim, o Brasil para o futuro", afirmou.

Para Simon, não basta Fernando Henrique empenhar seus esforços de final de mandato apenas para fazer seu sucessor. O senador disse estar preocupado com a saída do presidente do cargo, por temer que ela não ocorra "de forma tranquila, serena e com aplausos da nação". Na opinião de Simon, Fernando Henrique tem oportunidade de fazer agora o que teria relegado a segundo plano nos anos iniciais de seu governo: "um trabalho patriótico e de grande repercussão política", sustentou.

Ao mesmo tempo em que indicou caminhos para o governo, Si-

mon atribuiu à defesa da reeleição a perda da credibilidade alcançada no primeiro mandato de Fernando Henrique, que se iniciou em 1995. "Fernando Henrique gastou toda moeda de prestígio acumulada nessa tese", afirmou. Na contagem regressiva da eleição presidencial de 2002, o senador aconselhou o presidente a retomar, junto ao Congresso e à sociedade, a discussão de reformas importantes para o país, como a tributária, a política e a administrativa.

Na condição de ex-líder do governo Itamar Franco, o senador peemedebista também não se furtou a traçar um paralelo entre a gestão FHC e a de seu antecessor, Itamar Franco. No seu ponto de vista, a integração existente entre o Executivo e Legislativo foi fundamental para o sucesso das ações do governo Itamar, com destaque para o Plano Real e o controle da inflação. "Nunca houve um período de tanta paz social como aquela", declarou.



Simon diz que FHC pode fazer agora o que ainda não teria feito no governo: "um trabalho patriótico e de grande repercussão"

Conforme Simon, Itamar teve o mérito de recolocar o governo federal em posição de austeridade, após a avalanche de irregularidades descobertas no governo Collor. O senador creditou a Itamar o feito de ter sido único presidente brasileiro a conduzir um período de transição "eufórica" e ter sido sucedido por alguém de sua confiança — no caso, o ex-ministro da Fazenda de seu governo, Fernando Henrique Cardoso.

Senador anuncia lançamento de sua pré-candidatura ao Planalto

No discurso de ontem, o senador Pedro Simon também anunciou ao Plenário o lançamento de sua pré-candidatura à Presidência da República. A indicação foi feita na última quarta-feira pelo PMDB, durante a realização de um congresso do partido no município catarinense de Joinville.

— Não aceito essa missão com vaidade ou pretensão, mas acho que podemos fazer uma grande caminhada pelo país, discutindo com a sociedade questões como ética, impunidade, combate à pobreza — afirmou Simon.

Ressalvando que podem surgir outros nomes para disputar o cargo na convenção do PMDB em 2002, Simon confirmou que

já é definitiva a disposição do partido de ter candidato próprio no pleito presidencial.

A última vez que o PMDB participou da corrida à Presidência da República foi em 1989, com Ulysses Guimarães. Pedro Simon informou que também teve seu nome cogitado para a chapa à época, mas, além de recusar o convite, disse ter discordado da decisão da legenda de se lançar na disputa.

— Acho que foi o único momento em que Ulysses não foi candidato natural do partido — disse.

Para Simon, a iniciativa do PMDB de concorrer às eleições presidenciais de 2002 revela uma busca pelo resgate do papel histórico da legenda. Desde a morte de

Tancredo Neves e o rompimento do partido com o governo Sarney, Simon diz que o PMDB vem sendo submetido a sucessivas provas de força e resistência. "Agora é a hora de restabelecer o nosso caminho, pois o PMDB é o único partido que tem história", completou.

Em apartes, os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Edison Lobão (PFL-MA) saudaram a pré-candidatura de Simon.

Enquanto Lauro Campos elogiou a disposição do senador gaúcho de já começar sua peregrinação pelo país, Edison Lobão manifestou o seu desejo de que o PMDB confirme seu nome como candidato ao Palácio do Planalto, em 2002.